

O MAPEAMENTO NACIONAL E O CONHECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

NATIONAL MAPPING AND KNOWLEDGE ABOUT THE SOLIDARITY ECONOMY

Luiz Inácio Gaiger*

RESUMO

O artigo destaca lacunas importantes no estado de conhecimento sobre a Economia Solidária no Brasil, relacionando-as com dificuldades conceituais e com a inexistência de dados estatisticamente atualizados e apropriados a inventariar esse campo de práticas. Propõe um enfoque compreensivo das iniciativas de Economia Solidária, visando discernir suas lógicas instituintes *sui generis*, previamente à construção de tipologias e ao confronto das formas de organização mais comuns com as modalidades institucionalizadas da economia. Sublinha o valor epistemológico e metodológico do Mapeamento Nacional da Economia Solidária, por apontar com nitidez tais problemas e desafios e abrir caminhos à sua resolução.

Palavras-chave: Economia solidária. Mapeamento. Brasil

ABSTRACT

The article highlights important gaps in the state of the art on Solidarity Economy in Brazil, relating them to conceptual difficulties and to the lack of updated and appropriate statistical data to survey this field of practices. A comprehensive approach of the Solidarity Economy is proposed in order to discern its *sui generis* logical, prior to the construction of typologies and the clash of its main forms of organization with the most common ones in the institutionalized economy. In addition, the article stresses the epistemological and methodological value of the National Mapping of the Solidarity Economy in Brazil, for pointing out clearly such problems and challenges and opening avenues for their resolution.

Keywords: Solidarity Economy. Mapping. Brazil.

Concluído em 2013, o segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil reúne informações sobre cerca de 20 mil *empreendimentos econômicos solidários* - EES. Não obstante tenha ficado aquém das metas iniciais, já que se esperava mapear mais de 30 mil EES, esse esforço incomum de pesquisa social, realizado a várias mãos, é de suma importância. Tanto o primeiro Mapeamento Nacional (2005-2007) quanto o segundo (2009-2013) são sintomáticos de grandes lacunas no estado atual de conhecimento sobre a Economia Solidária no Brasil. Ao mesmo tempo, fornecem um valioso material empírico e uma experiência metodológica ímpar para que tais deficiências venham a ser superadas.

O primeiro hiato diz respeito à inexistência de informações estatísticas específicas sobre as organizações típicas da Economia Solidária no Brasil. Os levantamentos disponíveis a respeito não oferecem bases amplas de informações e foram realizados

* Professor Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

sem continuidade e sistematicidade, impedindo comparações entre os dados. Assim, muito pouco se pode afirmar sobre a população estatística da Economia Solidária: exceção aos Mapeamentos, a inconsistência dos dados impede que se caracterizem com adequação as formas principais de organização dos empreendimentos solidários. A debilidade das estatísticas prejudica inclusive a análise daqueles setores que dispõem de um marco regulatório estável e de razoável grau de institucionalização, como as cooperativas.

Em segundo lugar, se existissem estatísticas sistemáticas e abrangentes sobre as formas de organização mais comuns da Economia Solidária, nas condições de conceitualização vigentes tais estatísticas seriam inapropriadas. A razão disto é que os empreendimentos econômicos solidários adotam em geral um dos formatos institucionais disponíveis – basicamente a *associação* ou a *cooperativa* – precisamente porque faltam alternativas mais adequadas a seus objetivos e a sua dinâmica, *sui generis*. Trata-se de uma solução paliativa, incômoda, que encontram para evitar a informalidade, não de uma verdadeira adesão. Por isso, a Economia Solidária não se tem identificado com o setor associativo ou com o cooperativismo, embora tome emprestadas suas modalidades organizativas. Não existe um movimento associativo ou cooperativo na Economia Solidária, mas sim uma reivindicação unânime para que o marco regulatório brasileiro comporte novas formas jurídicas, condizentes com os empreendimentos reais e com as idealizações que emulam desse campo de práticas.

Em terceiro lugar, como inexiste uma visão consensual sobre as formas jurídicas mais adequadas, qualquer levantamento abrangente de dados sobre a Economia Solidária necessita elaborar critérios objetivos mínimos para definir sua população-alvo. Este foi um dos grandes desafios do Mapeamento: estabelecer, pela primeira vez, um conjunto de parâmetros de classificação das organizações econômicas e de iniciativas similares, *solidárias*. Esse problema, ao mesmo tempo metodológico e político, gerou uma série de celeumas, antes e depois do Mapeamento. Deram-se passos importantes, mas não se alcançaram decisões unânimes. Continuam existindo percepções e processos de intervenção contraditórios por parte dos atores sociais, que ora levam à inclusão de certas organizações na Economia Solidária, ora à sua exclusão. Graças ao primeiro Mapeamento, a perspectiva predominante tem sido o alargamento das fronteiras da Economia Solidária. Provavelmente, o segundo Mapeamento reforçará essa tendência, com a vantagem de propiciar uma compreensão mais acurada da diversidade interna da Economia Solidária e de seus entrelaçamentos com organizações afins e circundantes.

Esse processo de reconhecimento inclusivo supõe que se analise o campo da Economia Solidária com acribia. Por isso, depende da superação de uma quarta dificuldade, para a qual o Mapeamento oferece muitos elementos: até agora, falar em indicadores e em estatísticas da Economia Solidária tem sido inusual no Brasil. Um sinal disso é o escasso interesse analítico despertado pelo primeiro Mapeamento, muito embora várias Universidades tenham colaborado com sua realização. Aflora aqui um problema de fundo: a predominância de estudos qualitativos que se satisfazem com uma abordagem *casuística* dessas experiências alternativas de economia, focalizando casos circunscritos a suas circunstâncias específicas, em cuja análise se dá um valor decisivo ao relacionamento direto do pesquisador com as realidades em estudo. Quando feitas com método e profundidade, tais análises captam singularidades relevantes, mas são incapazes de generalizar seus resultados e contribuir significativamente para dimensionar os traços predominantes da Economia Solidária, identificar suas tendências ou mensurar os óbices e fatores de propulsão mais importantes.

Em boa medida, essas são as causas do estado inconclusivo do conhecimento sobre a Economia Solidária no Brasil, o que por vezes retém o debate em torno de controvérsias contraproducentes. Apenas uma mudança de enfoque, que produza novos instrumentos metodológicos, permitirá avanços significativos. O Mapeamento Nacional é um primeiro passo nessa direção.

Para demonstrá-lo, nossa argumentação se ordena da seguinte forma: preliminarmente, vamos destacar questões relacionadas a um ajuste de foco que julgamos necessário à compreensão das realidades do *Sul* global, questionando a validade da abordagem institucional da Economia Solidária, usualmente praticada ao *Norte*. Com fins demonstrativos, acentuaremos o caso da economia solidária informal (seção 1). A seguir, faremos uma avaliação do estado das estatísticas no Brasil, destacando as formas mais comuns de organização da Economia Solidária, para sublinhar quão útil os desenvolvimentos conceituais e metodológicos podem ser para a objetivação dessas práticas sociais (seção 2). Após ressaltarmos a importância da pesquisa colaborativa sobre a Economia Solidária, efetuaremos um balanço das lições trazidas pelo Mapeamento, no plano conceitual e metodológico, identificando também seus limites, devidos principalmente ao espírito intelectual reinante. Finalizaremos com algumas considerações gerais, com vistas ao delineamento de um futuro sistema de estatísticas sobre a Economia Solidária (seção 3).

1. PRINCÍPIOS INSTITUINTES E MODALIDADES INSTITUCIONAIS

Os princípios atuais da Economia Solidária são conhecidos desde a instauração do capitalismo industrial, no séc. XIX, quando impulsionaram as vertentes associativas, mutualistas e cooperativas sobre as quais se edificou a experiência da Economia Social, em vários países do Norte e alguns países do Sul.¹ Até mostrar sinais de debilitamento, nas primeiras décadas do séc. XX, a Economia Social se opôs às tendências de redução da economia apenas ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada. Com isso, desempenhou um papel considerável na construção dos regimes de bem-estar social. A partir dos anos 1970, com a crise de regulação keynesiana e o desequilíbrio social resultante, uma série de novas experimentações sociais passou a ter lugar (GAIGER e LAVILLE, 2009), revigorando as práticas associativas e de solidariedade econômica. Na Europa e no Québec, em particular, a Economia Social retomou seu elã crítico e participativo, ao mesmo tempo em que experiências análogas surgiram ou se revitalizaram em países do Sul.² Esse cenário pujante justificou, em boa parte da Europa e da América do Sul, a menção a uma *nova* Economia Social, a seguir designada de Economia Social e/ou Solidária. Malgrado as nuances e variações de perspectiva, ao Sul e ao Norte cresceu o reconhecimento mútuo entre os defensores da Economia Social

¹ *Sul* e *Norte* são metáforas para designar, em grandes linhas, a periferia e o centro do sistema econômico e geopolítico global, de acordo com a linguagem dos novos estudos coloniais, especialmente as formulações de Santos e Menezes (2009).

² Na América Latina, grosso modo, o conceito de Economia Solidária tem sido referido usualmente às iniciativas de natureza econômica que visam à geração de trabalho e renda, além de benefícios sociais para seus membros e seus entornos sociais, como qualidade de vida, reconhecimento público e participação cidadã. A solidariedade diz respeito antes de tudo à cooperação na atividade produtiva e à socialização - parcial ou plena - dos meios de produção, dissolvendo a separação entre capital e trabalho, típica do emprego assalariado.

e/ou Solidária, alinhando globalmente seus propósitos e ações em torno das bandeiras altermundialistas.

Os aspectos comuns das experiências econômicas alternativas, encimados por suas convergências atuais, deixam a impressão de estarmos diante de um único processo histórico, que se pode cernir e mensurar com categorias de classificação e análise quase idênticas, bastando efetuar alguns ajustes em função de cada contexto particular. Exemplifica-o um documento recente da Organização Internacional do Trabalho - OIT (FONTENEAU *et al.*, 2011), que considera as cooperativas, mutualidades, associações e empresas sociais como as formas mais comuns da Economia Social e Solidária no plano mundial, servindo então como sua principal referência compreensiva. Outras formas são normalmente mencionadas como expressões locais ou variantes *informais* das modalidades de referência, como a *tontine* africana em relação às sociedades de crédito mútuo, europeias (Idem, p. 2). Tratam-se essas ocorrências em bloco, como *outros* tipos, indistintos, ou como um simples problema de terminologia, o que significa satisfazer-se com designações genéricas, deixando a questão do sentido dessas tantas outras formas em um estado indiscriminado e indiscriminante. Normalmente, quando algo é pronunciado sobre o conteúdo próprio ou a origem histórica dessas variantes, típicas do Sul, dá-se ênfase aos traços negativos de carência e vulnerabilidade das classes populares dessas regiões, sobretudo no caso da economia informal (Idem, p. 14).

Tais procedimentos nos impedem de compreender as realidades do Sul. Na América Latina, o surgimento da Economia Solidária nos anos 1980 deu continuidade e novo alento a uma história extensa, na qual se contam inúmeras experiências de solidarismo popular. Aqui, a Economia Solidária possui antecedentes longínquos, a começar pelas formas autóctones pré-colombianas e pelos sistemas coletivos adotados pelos escravos libertos (no Brasil, os *quilombolas*), cuja relevância nos dias atuais ainda resta avaliar. Na paisagem cambiante do continente, passa-se rapidamente de realidades determinadas pela condição social precária de trabalhadores assalariados, ao mesmo tempo subalterna e integrada às engrenagens do subdesenvolvimento periférico, a zonas em que predominam coletividades – em especial, os *povos originários* - que preferiram proteger os seus sistemas de vida e afastar-se do mercado de trabalho capitalista, pagando por isso o preço do esquecimento e da pobreza, mas evitando sua dissolução e seu extermínio.

Essas configurações diversas, amplificadas pelos contrastes regionais e nacionais, tornam o trabalho de conceitualização desafiante. Por isso, aludem-se termos variados na América Latina, como *Economia Popular Solidária*, *Economia Comunitária*, *Economia do Trabalho*, *Socioeconomia*, *Bem Viver*, etc. Tais manifestações se estendem da economia coletiva informal a hostes do cooperativismo. Se existe um denominador comum, reside no sentido de que as experiências assumem para seus protagonistas diretos: elas refletem sua impossibilidade ou sua recusa de viverem conforme os preceitos da sociedade erigida sob o capitalismo periférico, nos termos de sua sociabilidade intrínseca. Em muitos casos, expressam uma negativa de abandonar sistemas de vida em que as relações econômicas e sociais encontram-se imbricadas, nos quais vigora a reciprocidade e predominam ambientes de confiança. A Economia Solidária tem a ver com uma aspiração a tais formas de vida, com a insistência em resgatá-los ou em agir por sua instauração (GAIGER, 2008).

Por conseguinte, no Sul deve-se ponderar a funcionalidade da abordagem institucional, que toma partido das formas instituídas e formalizadas da Economia Social e Solidária, algo sem dúvida conveniente às realidades do Norte, cuja história

produziu ditas formas. A maior parte dos países latino-americanos não conheceu um setor *associativo* ou *mutualista*, estruturado como aquele do séc. XIX europeu. O único setor que logrou estruturar-se em um número razoável de países foi o *cooperativo*, deixando sem uso o conceito mais abrangente de Economia Social. Isto, embora a vida comunitária e associativa tenha sido marcante em muitas regiões e propostas autogestionárias tenham sido frequentes no movimento operário, ao menos até o advento dos regimes populistas em meados do séc. XX, quando o Estado assumiu as rédeas do desenvolvimento econômico e social.

Mesmo assim, não é incomum ver a Economia Solidária ser abordada a partir das formas jurídicas que veio a adotar para adequar-se aos cânones da economia moderna e da racionalidade burocrática, ou do simples fato de não fazê-lo, com isso permanecendo na informalidade. Por esse ângulo, cai-se na ilusão de interpretar o sentido da Economia Solidária à revelia de seus princípios propulsores endógenos. Desconsidera-se tratar-se de uma resistência histórica orientada por valores e experiências bem determinados, como por seu lado já demonstraram estudos exemplares sobre o Norte (PETITCLERC, 2007). No Sul, é necessário antes vasculhar as práticas reais, *instituintes* da solidariedade social e econômica, para então deduzir por quais razões seus protagonistas adotam os formatos institucionais que lhes são impingidos ou deixados à sua escolha, quando não os rejeitam e preferem manter e instituir formas próprias, mesmo se relegadas ao informal.

O caso mais discrepante entre as realidades do Norte e do Sul refere-se, precisamente, à *informalidade*. Tanto na África quanto na América Latina, a informalidade é o estado natural da economia popular, isto é, de uma das vertentes principais da Economia Solidária. Ao contrário do que deixa subentendido a OIT (FONTENEAU *et al.*, 2011), não se trata de *outros* casos, mas de um dos casos *mais importantes*. No interior da informalidade, portanto, em suas lógicas sociais peculiares, é que devem ser encontradas as formas predominantes de solidariedade econômica. Abordar com algum pormenor esse assunto servirá para evidenciar o quanto é preciso refinar a compreensão e redimensionar as categorias usuais de análise, antes de lançar as bases de um sistema de classificação estatística da Economia Solidária, em qualquer país do Sul.

A história da informalidade, na América Latina, é normalmente abreviada para as últimas cinco décadas, quando parte da população, em franco crescimento demográfico, transitou do mundo rural para o espaço urbano. Ao evadirem-se em grandes proporções para as cidades, os trabalhadores se defrontaram com a incapacidade de absorção pelo mercado formal de trabalho e com a falta de meios para garantir sua inserção estável na economia. Esse contingente foi compelido a sobreviver de trabalhos por conta própria e de ocupações temporárias, modificando a paisagem urbana, expandindo os bairros periféricos e convertendo a economia informal em um fenômeno de grande magnitude.

A informalidade foi então interpretada como um resíduo marginal do capitalismo, ou como um elemento funcional incorporado ao exército industrial de reserva. Prevaleceu em tal contexto um prisma de análise limitado a destacar o caráter reflexo da informalidade vis-à-vis a economia moderna e a considerá-la como signo de carência e impotência de setores marginais. Tais setores, vistos como estando desprovidos de ação, ficaram sem maior interesse para as teorias críticas ao capitalismo periférico, em particular na vertente marxista (PAMPLONA, 2001; LOPES, 2008). No polo contrário das teorias e políticas dominantes, os setores informais foram convertidos em alvo de assistência e de qualificação para o trabalho, com vistas à sua inserção no mercado

através do assalariamento ou da sua condição futura de microempreendedores, propalada por muitos programas (GAIGER e CORRÊA, 2010).

Com o passar dos anos, o alastramento e a persistência da informalidade levaram à convicção de que ela também se inseria em estratégias populares de resistência e de mobilização social. Em países como Chile, Peru, Brasil e Uruguai, surgiram movimentos organizados nas periferias urbanas: *favelados* e *pobladores*, entre outros, lutavam por moradia, serviços urbanos, renda e trabalho (BELL LARA, 1997). Iniciativas comunitárias se multiplicavam e despertaram o interesse paulatino de organizações civis, de igrejas e de instituições de fomento, em particular de microcrédito, que iniciaram sua atuação através dos pioneiros *bancos da mulher*. Pipocaram então comunidades de base, associações de moradores e uniões de produtores familiares, das quais surgiram, já nos anos 1980, as primeiras experiências coletivas de geração de renda, germes da Economia Solidária em muitos países da América Latina.

A informalidade foi então reinterpretada como parte da Economia Popular, na qual se admitia existir uma lógica social propensa à defesa dos vínculos comunitários e ao associativismo. Uma nova visão, otimista, contrabalançou o descrédito das teorias precedentes.³ Para mencionar apenas uma dessas abordagens (CORAGGIO, 1999), a Economia Popular passou a ver vista a partir de uma racionalidade orientada à formação de um *fundo de trabalho*, por meio de estratégias individuais e coletivas indissociáveis da malha de relações sociais em que se encontram os agentes econômicos de pequena escala. A eficácia de tais estratégias dependeria, precisamente, da liberdade relativa propiciada pela informalidade. Assim, os ativos materiais e sociais típicos da economia informal não deveriam ser menosprezados, mas valorizados pelos projetos de emancipação social.

Os *grupos informais* correspondiam em 2007 a 36,5% do total de empreendimentos recenseados pelo primeiro Mapeamento Nacional. Vários deles prosperaram sem deixar a informalidade (GAIGER, 2011). Nesses casos, os trabalhadores transitam das suas práticas econômicas habituais para situações em que precisam controlar os fatores produtivos e prever as consequências futuras. Abandonam a atitude de constante adaptação às circunstâncias e concebem a sua própria atividade como uma força suscetível de criar novas situações e influenciar o ritmo das transformações que almejam. Essa mutação é favorecida quando se utilizam os recursos primários dos indivíduos e de suas relações sociais, sem descaracterizá-los. Opera-se uma metamorfose das relações de *comensalidade*, ancoradas nos laços pessoais e no costume, a uma lógica econômica propriamente empreendedora e solidária, sustentada em relações de *cooperação* (RAZETO, 1990). Uma vez dotadas desse novo substrato, os empreendimentos permitem superar a instabilidade e a incerteza que afetam a vida material dos pobres, pois atenuam a sua subordinação aos ditames da economia e ampliam as margens de retenção do valor excedente por eles produzido (GAIGER, 2006). Do ponto de vista da cultura econômica, tais empreendimentos contribuem para a

³ Esse otimismo incorreu por vezes em idealismo, por sua tendência a separar o informal e o popular em dois mundos e a valorizar unilateralmente as expressões comunitárias e combativas da Economia Popular, esquecendo que nela coexistem diferentes princípios de valor e os mais diversos arranjos destinados a assegurar a sobrevivência, incluindo práticas despóticas reprodutoras do individualismo e das desigualdades (GAIGER, 2009). De todo o modo, resenhas abrangentes da literatura sobre a informalidade, como em Lopes (2008), não logram situar consensos consistentes sobre o tema, ficando patente que as visões menos céticas são claramente minoritárias.

racionalização da solidariedade, uma vez que estimulam o seu exercício intencional e cotidiano.

Assim, na informalidade estamos diante de formas *instituídas* de economia, se julgamos esse fato do ponto de vista da observância de normas que determinam o modo de gestão dos negócios informais, embora não disponham de enquadramento institucional apropriado. *Informal, popular e solidário* não são termos equivalentes, mas compatíveis. No Sul, suas imbricações patentes obrigam-nos a ver a lógica da informalidade como um atributo subjacente à grande parte dos empreendimentos de Economia Solidária, funcionando como um lastro indispensável nas atuais condições econômicas.

Mutatis mutandis, no Sul não seria recomendável julgar a presença de formatos institucionais como um indicador seguro da vigência dos princípios da Economia Solidária, ao contrário do que habitualmente se faz ao Norte em relação às associações, cooperativas, mutualidades e empresas sociais. Em termos mais gerais, o essencial é perceber que a opção pela solidariedade econômica, tanto ao Sul quanto ao Norte, possui forças próprias de desenvolvimento, de modo que as formas juridicamente instituídas, lá e cá, não devem ser tomadas como sinônimos ou correlatos, apenas por suas equivalências semânticas. No Sul, uma tarefa compreensiva prévia, com a finalidade de elucidar o sentido da solidariedade econômica, deve anteceder a definição de critérios, indicadores e modalidades institucionais em que o espírito solidário se manifesta.

2. UMA LACUNA CONCEITUAL E ESTATÍSTICA

Como esses problemas aparecem nas estatísticas brasileiras sobre as formas de organização mais usuais na Economia Solidária: a informalidade, a associação e a cooperativa? Tratar essas formas em separado deixará patente a insuficiência de dados estatísticos confiáveis. Além disso, mostrará a serventia de um trabalho de depuração dessas realidades, a fim de identificar o que nelas decorre genuinamente da solidariedade e de sua respectiva racionalidade econômica.

Voltando inicialmente à informalidade, deve-se acrescentar que os problemas teóricos antes aludidos têm impedido os estudos de se interessarem pelo fenômeno da solidariedade na economia informal.⁴ Além desses problemas, que reproduzem visões genericamente negativas da informalidade, faltam estatísticas minimamente sistemáticas sobre a economia informal. E como as informações disponíveis se apoiam nas categorias econômicas convencionais, fiar-se nelas pode representar uma armadilha, embora reserve também alguns ensinamentos.

Até o momento, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, órgão incumbido dos principais levantamentos oficiais, realizou apenas duas pesquisas nacionais sobre a economia informal, em 1997 e 2003 (IBGE, 2005). Além dos empreendimentos informais, ambas abarcaram também pequenos empreendimentos com registro legal, formalizados. Para justificá-lo, argumenta-se que o critério principal

⁴ Um dos nossos estudos a respeito chegou a conclusões esclarecedoras: a solidariedade rompe o isolamento econômico, social e político dos negócios informais, aumentando suas chances de sobrevivência. Por serem sociedades entre pessoas que se unem em paridade de condições, tornando a autogestão uma escolha racional, esses empreendimentos ativam a participação dos membros e, em contrapartida, tendem a uma distribuição equitativa dos ganhos, bem ao contrário das disparidades de renda que se verificam nas microempresas informais (GAIGER, 2011).

da informalidade não repousa na inexistência de personalidade jurídica, mas sim na sua dinâmica típica, na qual o capital da empresa e seus agentes físicos são indissociáveis. A gestão econômica não se separaria das necessidades dos seus membros, posto que, sem esses, o negócio perde seu sentido e seu principal sustentáculo: o trabalho.

Essa indivisão é normalmente atribuída à diminuta escala das operações econômicas e à natureza familiar do negócio, ambas consideradas fatores de ineficiência. Porém, a bem da verdade, o critério adotado pelo IBGE coincide com um traço peculiar dos empreendimentos solidários, que funcionam simultaneamente como sociedades econômicas e como sociedades de pessoas, sem apartarem o capital da empresa do seu quadro social. Mais que uma questão simplesmente de baixa complexidade ou de amadorismo na gestão, trata-se de uma racionalidade congruente com os fatos. Assim compreendido, esse traço do *espírito* do informal não deveria ser perdido, mas sim preservado pelas modalidades formalizadas da Economia Solidária.

Deste espírito aflora o fio lógico que explica por que a adesão dos empreendimentos solidários às alternativas formais disponíveis se verifica condicional e problemática. Não interessa a esses empreendedores uma estrutura jurídica que sacrifique as pessoas físicas, compelindo-as a adotar um comportamento econômico ditado pela eficiência e pelas exigências de viabilidade da empresa, mesmo ao preço das relações humanas e da qualidade de vida. Não lhes convém tampouco contrair obrigações regulares acima das suas possibilidades ou das suas preferências no uso do tempo e dos seus recursos. Por fim, não lhes parece vantajoso abrir mão da *liberdade* do informal, em nome da eficiência prometida por um saber técnico e por uma racionalidade burocrática que não dominam e que os têm subjugado historicamente.

Guardadas as circunstâncias peculiares de cada contexto histórico, pode-se sustentar a hipótese de que esse entendimento é o que vem conduzindo trabalhadores, produtores e consumidores a adotarem as únicas alternativas institucionais disponíveis no Brasil para quem deseja preservar o espírito de confiança e de cooperação ao promover atividades econômicas legalmente reconhecidas: a *associação* e a *cooperativa*. Essas opções, no entanto, invariavelmente obrigam os atores a contornar diversos inconvenientes, o que explica suas atitudes de precaução ou de franca resistência.

Um dos poucos estudos a respeito debruçou-se sobre a resistência de coletores de lixo urbano reciclável a se organizarem através de cooperativas, concluindo que sua opção preferida recai nas associações, por ser uma alternativa mais flexível e moldável aos seus interesses (SOUZA, 2005). De fato, a *associação* é o status jurídico mais utilizado na Economia Solidária: no primeiro Mapeamento, 52% dos empreendimentos eram associações; no segundo, 59,9%. Como o percentual de empreendimentos informais decaiu simultaneamente na mesma proporção, é plausível supor que a associação funcione como uma alternativa preferencial para quem decide sair da informalidade. Uma escolha razoável, mas uma solução incompleta, por sérias razões.

A que corresponde uma associação, juridicamente? No Brasil, o marco legal é extremamente amplo, pois enquadra nesta rubrica toda agremiação de pessoas que se unem para desenvolver atividades comuns, desde que se distingam de instituições mais específicas (como igrejas, fundações e partidos políticos) e *não* tenham finalidade econômica. Suas atividades podem contar com profissionais remunerados e gerar dividendos econômicos, contanto que constituam um meio para cumprir os objetivos sociais da entidade associativa e não se revertam em enriquecimento privado dos associados. Para viabilizar suas atividades, é facultado às associações contratar ou criar

empresas subsidiárias, que enquanto tais podem ter outra natureza jurídica e serem lucrativas. Assim, o marco legal das associações deixa as portas abertas a uma série de ambiguidades e contradições, mas contém um elemento de grande interesse para a Economia Solidária: o poder decisório deve ser exercido em igualdade de condições pelas pessoas físicas associadas, sem interferência de suas quotas de capital ou de participação econômica na entidade associativa.

Núcleos comunitários em periferias urbanas, centros de cultura e lazer e grandes sociedades desportivas profissionais, como os clubes de futebol, recaem no instituto jurídico associativo. Dada a impossibilidade de normatizar um conjunto tão vasto e heterogêneo de entidades, o seu funcionamento termina sendo disciplinado de acordo com as atividades específicas de cada ente associativo, subordinando-se então ao marco regulatório correspondente, diante do qual o status jurídico de associação já não faz grande diferença. Analogamente ao Terceiro Setor, as associações se definem no Brasil mais pelo que *não* são (ou não podem ser) e menos pelo que as caracteriza e as poderia unificar (FERNANDES, 1994; GAIGER, 2012b). Trata-se de um setor sem identidade social abrangente e sem órgãos gerais de representação, que dispõe de registros estatísticos no tocante a alguns de seus subsetores, com informações específicas, mas irregulares.⁵

Atrás das associações, há muitas histórias, dentre elas o associativismo popular. Desde os anos 1970, no contexto dos fluxos demográficos que resultaram nas atuais aglomerações urbanas, a associação tem sido um instrumento popular de organização e de luta, pelo direito à moradia e a condições dignas de vida. Em países como Brasil e Chile, é notório o papel desempenhado pelas associações comunitárias como esteios de mobilizações sociais mais amplas, como as lutas democráticas e os embates eleitorais que provocaram a renovação dos partidos políticos e a guinada de governos à esquerda. Ao mesmo tempo, as associações funcionaram como núcleo de iniciativas locais, dando-lhes impulso e resguardo institucional. Projetos comunitários de geração de renda e desenvolvimento econômico, ao contarem com o respaldo jurídico das associações, muitas vezes se confundem com elas. O resultado é um híbrido: atividades comunitárias de natureza social somam-se a empreendimentos com fins econômicos, em si mesmos desguarnecidos de amparo jurídico. A meia-solução mais comum é utilizar o registro legal da associação, para evitar a informalidade plena, e postergar a formalização do empreendimento, com isso abrindo mão das prerrogativas e vantagens conferidas ao exercício legal das atividades econômicas.

De longa data, um cenário parecido caracteriza o mundo rural da Economia Solidária: via de regra, as associações de pequenos agricultores dão suporte aos empreendimentos coletivos de produção, comercialização ou prestação de serviços.⁶

⁵ As estatísticas abrangem apenas as fundações empresarias e as associações sem fins lucrativos, cuja soma equivale grosso modo ao *Terceiro Setor* no Brasil. O último estudo a respeito (IBGE, 2012), registrou em 2010 mais de 290 mil instituições desse tipo, o equivalente a 52,2% do total de entidades sem fins lucrativos registradas no Cadastro Geral de Empresas Brasileiras – CEMPRE. Tais estatísticas esbarram na mesma dificuldade: não é produtivo contabilizar e comparar coisas tão díspares quanto iniciativas comunitárias, ONGs, associações filantrópicas, fundações e quaisquer outras entidades, apenas por não serem privadas e não terem ânimo de lucro.

⁶ No Brasil, o associativismo rural desempenhou um papel vital para os pequenos produtores familiares desde o momento em que ocuparam o espaço agrário, no correr do séc. XIX. Mesmo assim, se manteve em geral sem personalidade própria e sem mecanismos de representação. Ao lado disso, foi largamente cooptado ou estimulado para funcionar como correia auxiliar da dominação oligárquica. No interior do

Quando legalmente indispensável, usa-se o registro pessoal dos sócios, utilizado em seus negócios individuais como agricultores familiares. O estatuto genérico da associação encobre estratégias econômicas diversas. De certo modo, funciona como um subterfúgio, uma saída intermediária: na falta de melhor opção, a associação empresta reconhecimento institucional aos empreendimentos solidários, para que funcionem na semiformalidade, recebam apoios e subvenções. Mas, como demonstraram alguns estudos (PINTO, 2006), o ato associativo vai além do espírito pragmático. Ele traduz uma trajetória coletiva na qual se forjaram identidades e práticas solidárias, agora revalorizadas. Por isso, no espaço rural e no urbano, os empreendimentos solidários em geral se inserem em estruturas coletivas mais amplas, o que lhes permite vencer o estado de abandono e isolamento das micro e pequenas empresas. Separar sua finalidade econômica de seus propósitos sociais seria artificial (GAIGER, 2011).

Para que tais vínculos não se desfaçam, a terceira opção buscada pelos empreendimentos solidários é a *cooperativa*. Politicamente, a Economia Solidária tem questionado o cooperativismo oficial brasileiro por conta da incoerência entre os princípios doutrinários que deveria defender e o desenvolvimento histórico do setor no país, sobretudo em seus aspectos legais.⁷ Propugna-se um novo modelo, que viria a suplantar o cooperativismo tradicional e a recuperar as cooperativas desvirtuadas pela falta de democracia interna ou por terem sido criadas de modo fraudulento, como um estratagema empresarial de terceirização e de desoneração de custos sociais.

Por razões similares às associações, a multiplicação de cooperativas solidárias é compreensível de um ponto de vista pragmático. Embora exista um hiato flagrante entre o estatuto cooperativo brasileiro e as aspirações da Economia Solidária, o direito econômico não oferece alternativas adequadas à legalização de empresas formadas a partir da adesão livre de pessoas que desejam cooperar paritariamente em uma atividade *com fins econômicos*, mas sem ânimo de lucro. Empresas autogestionárias, sociedades de crédito e empreendimentos produtivos ou de serviços apenas podem estabelecer-se de pleno direito por meio de sua formalização como cooperativas. Ademais, precisam observar uma legislação complementar complexa e geralmente inespecífica, que não diferencia as cooperativas das demais empresas e as submete aos efeitos desse isomorfismo, nocivos ao caráter e à viabilidade das organizações cooperativas.

Em sua maior parte, as cooperativas registradas no primeiro Mapeamento haviam iniciado suas atividades nos últimos 15 anos, convencidas de que esse formato institucional constitui uma alternativa válida, em tese, para atender aos interesses dos trabalhadores que optaram pela autogestão e pela solidariedade econômica. O percentual de cooperativas, contudo, declinou ligeiramente entre o primeiro e o segundo Mapeamento, de 9,7% para 8,8%. Embora pequeno, esse recuo contradiz a expectativa de incremento, pois os programas de apoio à Economia Solidária no Brasil estão basicamente direcionados à criação e ao fortalecimento de cooperativas e foram

país, foi prática comum criar ou favorecer associações em troca da fidelidade de seus membros aos senhores - caudilhos e coronéis - dos quais emanava o poder político e provinham as elites dirigentes.

⁷ A legislação cooperativa nacional foi estabelecida à época do regime militar, pela Lei 5.764/71. Mostra-se demasiado genérica para fomentar e disciplinar o cooperativismo, mas impõe exigências burocráticas que dificultam a formalização dos empreendimentos solidários, como o patamar mínimo de vinte sócios para constituírem uma cooperativa. Por suas origens históricas e seu perfil político, o sistema cooperativista oficial carece de legitimidade para atrair novos setores, o que explica o surgimento de correntes independentes, como a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil – CONCRAB, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

intensificados nos últimos anos. Mais uma vez, os inconvenientes parecem suplantar os atrativos desta terceira alternativa, há muito tempo institucionalizada e, mesmo assim, permanentemente controversa.

O cooperativismo foi originalmente introduzido no Brasil por imigrantes europeus, no final do século XIX, como forma de vencer as situações de flagrante desamparo em que viviam. Nestes primórdios, surgiram as cooperativas de consumo, bem como as de crédito e as agropecuárias, especialmente no Sul do país. As cooperativas de consumo expandiram-se nos anos 1950 e 1960. Posteriormente, o cooperativismo urbano apresentou sinais de estagnação, do que resultou uma série de barreiras à sua expansão e sobrevivência. Por sua vez, as cooperativas agropecuárias foram paulatinamente estimuladas com vistas à ampliação da produtividade agrícola, em resposta ao imperativo de incrementar as exportações, como queriam os governos militares. Desde 1970, o cooperativismo agrícola predominante no Brasil tem reproduzido o domínio de uma elite conservadora, voltada à economia agroexportadora (o *agrobusiness*) e servindo como um mecanismo de aliança empresarial extremamente sensível ao poder econômico. Isto explica sua forte dependência das políticas de governo e da habilidade de suas lideranças em transacionar com o Estado.

Esse quadro esteve amparado em uma política de controle social e de intervenção estatal que não trouxe mudanças significativas para os trabalhadores cooperativados no meio rural. Ao contrário, o modelo contribuiu para instilar a desconfiança dos pequenos agricultores acerca do cooperativismo, enquanto décadas atrás as cooperativas lhes serviam como instrumentos de desenvolvimento econômico e de fortalecimento comunitário, mantendo-se acessíveis e próximas aos seus interesses. Enquanto isso, o cooperativismo urbano adquiriu novo alento, com a criação de muitas cooperativas de trabalho nos anos 1980. No instante da maior proliferação dessas cooperativas, vários estudos indicaram serem elas majoritariamente um meio de tornar flexíveis as relações de trabalho, terceirizando serviços e reduzindo custos de mão de obra (Lima, 2008). Mas foram também identificadas cooperativas genuínas, como as *fábricas recuperadas*, uma das primeiras vertentes da Economia Solidária.

Hoje, grandes cooperativas funcionam como empresas de capital, voltadas à lucratividade no mercado, empenhadas na profissionalização e na racionalização administrativa. No extremo oposto, pequenas cooperativas em periferias urbanas, voltadas à inserção socioeconômica e a necessidades básicas de populações pobres, apresentam índole igualitarista, valorizam o fato de governarem-se coletivamente e identificam-se com a Economia Solidária (NUNES, 2001; ANJOS, 2012). Ao lado delas, existem as falsas cooperativas, que se valem do marco legal cooperativo para intermediarem mão de obra a baixo custo, mantendo intacta a hierarquia da empresa e a divisão entre capital e trabalho. Portanto, o cooperativismo brasileiro apresenta-se heterogêneo quanto à natureza e à escala de suas atividades, à complexidade das organizações cooperativas e, fundamentalmente, a seus princípios ideológicos.

Dispõe-se de informações estatísticas sobre as cooperativas, pois sociedades econômicas devem prestar informações periódicas ao órgão fiscalizador competente, conforme seu campo de atividades: trabalho, crédito, saúde, comércio, etc. Esses registros, sempre específicos, seriam úteis à análise de questões particulares, como a admissão e demissão de pessoal, as flutuações do quadro social e o volume da atividade comercial. Já as séries estatísticas amplas, como o Censo Econômico Brasileiro, equiparam as cooperativas às demais empresas e oferecem informações específicas muito esparsas e irregulares, concentradas nas cooperativas agrícolas. A par desses

registros administrativos, a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB dispõe de informações sobre os diversos ramos do cooperativismo brasileiro, em particular quanto à evolução do quadro social, aos postos de trabalho e às principais cifras econômicas. Mas como esses dados são fornecidos pelas cooperativas filiadas à OCB, sem caráter compulsório, não englobam a totalidade das cooperativas existentes e estão sujeitos a omissões, erros e descontinuidades. De mais a mais, tanto quanto os registros oficiais, não permitem discriminar a índole das práticas cooperativas, tampouco o seu caráter democrático e solidário.⁸

Em conclusão, as vertentes que caracterizaram historicamente a Economia Social também apareceram no Brasil, mas como experiências sociais menos abrangentes e episódicas. Nas vezes em que adquiriram peso considerável, como o cooperativismo, enfrentaram grandes obstáculos para manter sua fisionomia própria e seu papel de espaço de alternativa às formas reinantes de economia. Predominou seu papel de força auxiliar ou de dispositivo de compensação dos custos sociais do desenvolvimento. Já o recente advento da Economia Solidária, na contracorrente, resulta em boa medida da persistência de formas históricas de solidariedade - pouco conhecidas e mal reconhecidas em seu valor - somadas a novas modalidades de ação coletiva promovidas nos últimos 20 anos, por vezes sob o influxo de iniciativas internacionais, como o comércio justo. É compreensível que tudo isso esteja ocorrendo à margem de quadros conceituais precisos, indicadores apropriados, marcos regulatórios harmônicos e, por fim, estatísticas representativas. O Mapeamento Nacional não resolveu esses problemas, mas aponta-os com maior clareza. Nisto reside o seu valor.

3. A IMPORTÂNCIA DO MAPEAMENTO NACIONAL

No Brasil, os primeiros estudos sobre a Economia Solidária foram promovidos por entidade de apoio aos movimentos populares. Seus resultados foram publicados em boletins, revistas de divulgação e livros, antes de integrarem a produção acadêmica em sentido estrito. O interesse científico pelo tema despertou em seguida, a princípio em instituições de pesquisa já dedicadas ao estudo do associativismo e do cooperativismo; posteriormente, estendeu-se a universidades que possuíam incubadoras de cooperativas populares e projetos sociais nesse campo. Desde esses primórdios, uma simbiose singular entre reflexão e ação tem marcado a produção de conhecimentos sobre a Economia Solidária. A atividade científica não se restringe ao interior dos recintos universitários: quem se dedica ao tema, como pesquisador ou docente, usualmente colabora em programas de apoio aos empreendimentos, participa de debates e de instâncias deliberativas. As pesquisas desenvolvem-se em conexão com demandas dos atores sociais e vinculam-se a políticas públicas que financiam estudos e avaliações. O campo acadêmico se notabiliza por um trânsito intenso entre a sociedade civil, a institucionalidade política e o Estado.

Essa prática colaborativa teve seu maior expoente nas duas edições do Mapeamento Nacional. Avaliando-se as alternativas metodológicas existentes, decidiu-se realizá-lo como um processo de mobilização dos atores da Economia Solidária, com o apoio de

⁸ A multiplicação das *falsas* cooperativas de trabalho, por exemplo, inflacionou grandemente as cifras desse setor e provocou inúmeras críticas, alimentando também a descrença quanto ao cooperativismo em si. Como as estatísticas não permitem distinguir as cooperativas autênticas das falsas, essa missão tem recaído sobre os órgãos fiscalizadores, provocando também contestações quanto ao seu excessivo rigor.

instituições de pesquisa e do poder público. O objetivo era ampliar ao máximo o raio de cobertura do levantamento de dados, através de indicações sucessivas feitas pelos empreendimentos já pesquisados (efeito *bola de neve*) e, sobretudo, através de um compromisso de todos os envolvidos com a descoberta e o reconhecimento das realidades menos conhecidas, pouco valorizadas e mal integradas aos setores organizados da Economia Solidária. Desejava-se chegar a lugares recônditos do país e converter os protagonistas de todas as experiências em atores visíveis. Para adentrar zonas rurais e áreas remotas do território nacional, participaram do primeiro Mapeamento 230 entidades e centenas de entrevistadores, em um trabalho de três anos. No mesmo período, a Economia Solidária viveu momentos de grande efusão e realizou os seus maiores encontros no país. Embora não tenha logrado um levantamento completo da realidade nacional, o balanço final demonstrou o acerto da estratégia eleita diante das modalidades de pesquisa convencionais, dada a relação custo/benefício e o fato de que apenas uma pesquisa colaborativa garantiria um novo conhecimento da Economia Solidária por seus próprios atores.⁹

Até o Mapeamento, a inexistência de dados representativos e sistematizados sobre a Economia Solidária restringia as pesquisas empíricas no Brasil a uma abordagem eminentemente qualitativa, em geral através de estudos de caso. Quase não se realizavam análises de bases empíricas abrangentes, apropriadas para identificar tendências estruturais e variações significativas no perfil dos empreendimentos. Essa lacuna tem feito com que as teses sobre o significado da Economia Solidária muitas vezes terminem limitadas a apriorismos ou conjecturas, destituídos de fundamentação empírica e de premissas teóricas factualmente sustentáveis. O Mapeamento vem permitindo superar essas limitações (MIRANDA, 2011; ANJOS, 2012; GAIGER, 2012a).

Sua primeira contribuição valiosa foi ter atestado a existência de uma gama variada de empreendimentos nos quais a solidariedade funciona como valor ético e como fator chave da sua racionalidade, ao mesmo tempo social e econômica. Em outras palavras, como se verificou em estudos posteriores sobre os dados (GAIGER, 2007), a autogestão e a cooperação nos empreendimentos solidários asseguram a sua eficiência e viabilidade, sem colocar esses dois quesitos em contradição com o princípio de equidade e com as expectativas de bem-estar de seus membros. A regra não se aplica uniformemente, mas guarda relação direta com o grau de êxito e a sobrevivência dos empreendimentos. Portanto, estabelece um padrão, cuja observância em um número representativo de casos traz um suporte decisivo para as teorias que interpretam essas práticas como expressões de *outra* economia.

O Mapeamento afronta ideias preconcebidas. Ao confirmar a existência de um número considerável de organizações dirigidas por trabalhadores que se associam e cooperam entre si, evidencia algo distinto da simples informalidade, do associativismo subserviente e das cooperativas *de fachada*, nas quais se reproduz a dominação e se avilta o trabalho. Além disso, alguns dados do Mapeamento causam surpresa, por mostrarem facetas da Economia Solidária que destoam do senso comum. Por exemplo, o fato de que as mulheres trabalham proporcionalmente mais do que os homens e

⁹ A base conceitual e a metodologia do primeiro Mapeamento podem ser consultadas em www.sies.mte.gov.br, website em que se encontram os dados agregados e os dispositivos de acesso aos microdados.

conduzem por sua conta um percentual considerável de empreendimentos, salientes por seu maior envolvimento comunitário e social. Além das mulheres, sobressaem-se fatos ainda inexplorados, como a notável concentração de empreendimentos em regiões interioranas do Nordeste do Brasil. Haveria lá um associativismo popular autóctone, desvinculado das estruturas de dominação política, sempre destacadas pelos estudos sobre o coronelismo e o clientelismo oligárquico. Os dados do Mapeamento evidenciariam a presença de uma vertente associativa ignorada pelas interpretações predominantes, centradas nas origens sulinas do associativismo e do cooperativismo, por conta da imigração europeia iniciada no séc. XIX.

Por descortinar realidades *novas* - aos olhos dos intelectuais e dos próprios atores da Economia Solidária - o valor essencial do Mapeamento é de ordem epistemológica. Embora tenha produzido um retrato parcial da Economia Solidária, ele constituiu um esforço excepcional de ampliação de horizontes, de ida a bordas e interstícios sociais condenados à subalternidade e ao desprezo. Nesses lugares *perdidos* do interior rural do país ou de periferias urbanas, populações vivem em circuitos sociais e econômicos periféricos, sem importância sob a ótica da economia capitalista moderna, mas de valor inestimável como repositórios de formas solidárias de vida que se alimentam da coesão social primária e a transpõem a sistemas mais amplos, sustentados na reciprocidade. Tais formas primárias de solidariedade, sedimentadas na cultura popular, cumprem funções indispensáveis para a sobrevivência e a integridade humana das populações que as cultivam. Não são simples formas anacrônicas ou versões incompletas dos tipos de solidariedade mais recentes, que tomaram a frente e são identificados espontaneamente com a Economia Solidária.

Assim, *novas* categorias sociais – embora em verdade sejam ancestrais - chegaram à Economia Solidária e passaram a comparecer em fóruns e instâncias diretivas. Pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, seringueiros e outras categorias - ditas *tradicionais* - entraram em cena, multiplicando as frentes de organização da Economia Solidária e pressionando por inovações nas políticas públicas. O fato é ilustrado pela Rede Solidária da Pesca, que abarca empreendimentos de pescadores artesanais, dentre os mais antigos identificados pelo Mapeamento. Outro caso notório é a inclusão nas políticas públicas de categorias sociais *específicas* (mulheres, beneficiários de programas sociais, jovens em situação de risco, pessoas com deficiência ou transtorno mental), à medida que o Mapeamento e estudos sucessivos acusaram sua presença na Economia Solidária.

Esse alargamento social foi contabilizado pelo segundo Mapeamento, que contém variáveis adicionais para caracterizar a população envolvida nos empreendimentos.¹⁰ Mas esses fatos acarretam, ao mesmo tempo, um questionamento das fronteiras do *econômico*, uma tomada de consciência de que as delimitações correntes da esfera econômica são arbitrárias e inapropriadas. O assunto nunca foi pacífico para a Economia Solidária e provocou impasses metodológicos no Mapeamento. Nos empreendimentos solidários várias atividades transcendem a esfera econômica e respondem a necessidades e aspirações imateriais, de natureza social ou cultural. Não é uma tarefa trivial identificar a finalidade prioritária, que tipificaria a natureza de cada

¹⁰ Os dados do segundo Mapeamento, cujo tratamento iniciou-se em abril de 2013, serão divulgados ao longo do ano através do website sies.ecosol.org.br/, no qual também se encontram outros trabalhos do autor sobre o Mapeamento.

empreendimento e o perfil social dos seus participantes. Ademais, os empreendimentos apresentam complexidade estrutural e funcional, pois combinam atividades coletivas e individuais, permanentes ou transitórias, cuja importância variável resulta em formas inconstantes de implicação dos membros. Com tal fluidez e contornos tão imprecisos, não se encaixam facilmente em esquemas classificatórios.

Ao contemplar essa diversidade, cifrá-la e favorecer comparações, o Mapeamento oferece matéria-prima para reelaborarmos nossos instrumentos conceituais. Ele permite que momentaneamente se ponham de lado os formatos institucionalizados afixados pelos empreendimentos solidários, pois, como vimos tais escolhas não refletem com segurança a sua índole e ocultam o fato de estarmos diante de processos sociais abertos. Prevalece, neste instante, uma lógica *instituinte*, cujo discernimento deve preceder a análise das soluções organizativas adotadas pelos empreendimentos, quando se deparam com as opções *já instituídas* de economia. Olhar com atenção para as práticas dos empreendimentos, amplamente registradas no Mapeamento, é um caminho promissor. Contudo, requer preliminarmente a transposição de alguns obstáculos, legados pelo Mapeamento e por alguns hábitos intelectuais. Vamos a um exemplo.

Para listar sua população-alvo, o Mapeamento selecionou um conjunto de critérios, buscando abarcar o maior número de organizações econômicas *potencialmente* solidárias. Tais organizações deveriam ter uma finalidade econômica permanente, estarem sob a propriedade ou o controle de associados que integrem mais de uma unidade familiar e realizem eles próprios a atividade-fim (produção, prestação de serviços, comercialização, consumo), com emprego apenas ocasional e minoritário de trabalhadores não associados e por meio de sistemas coletivos de gestão. Embora se pretendesse incluir as organizações conformes com esses critérios mínimos, várias equipes estipularam critérios *ad hoc* restritivos, a pretexto de interpretar ou complementar os requisitos básicos. Um resultado emblemático foi a exclusão de vários empreendimentos que empregavam trabalhadores externos ao quadro social. O fato levantou celeumas acerca das relações de trabalho aceitáveis nos empreendimentos, uma vez que a plena correspondência entre sócios e trabalhadores é inviável em organizações multiespecializadas ou com demandas flutuantes de força de trabalho. Esse quesito extra, somado ao entendimento de que a gestão coletiva é inconciliável com a divisão social do trabalho ou com variações de estatuto entre os sócios, retirou do Mapeamento, sem critérios uniformes, organizações a princípio classificadas dentro da Economia Social (e Solidária) em outros países. Além disso, afastou um volume importante de cooperativas, suspeitas de pertencerem à economia capitalista, por sua prática de assalariamento ou por seu modelo de gestão empresarial.

Não se dispunha de critérios para considerar (sem excluir) casos híbridos, coerentes em alguns aspectos com a Economia Solidária, de forma a enquadrá-los como variantes periféricas, incompletas ou circunstanciais. A barreira maior, contudo, é tendência dos atores sociais e dos agentes de mediação a classificar as realidades em termos binários, de inclusão/exclusão. Assim, confrontam dicotomicamente a Economia Solidária com seus oponentes; no exemplo acima, ao universo capitalista das relações assalariadas. No plano das ideias, visualiza-se uma disputa antagônica entre dois projetos de sociedade, duas totalidades. O laivo teleológico dessas representações induz ademais a imaginar que as práticas reais sejam determinadas por idealizações, pelo fato de estarem iluminadas em princípios transcendentais, como deixa entender Edelwein (2009).

No campo acadêmico, o peso exercido pela escolha de arcabouços explicativos com tais características é um entrave, pois redundando na eleição de problemas com grande carga apriorística e baixa correspondência com a realidade. Esse enfoque é observável em círculos especializados: na incipiente discussão sobre indicadores da Economia Solidária (KRAYCHETTE e CARVALHO, 2012), predomina uma abordagem normativa, vinculada a perspectivas de transformação social, em cujo horizonte a Economia Solidária deveria desenvolver-se. O julgamento dos fatos passa a depender das premissas ideológicas que embasam tais visões e das respectivas estratégias políticas. Algo compreensível nos debates travados na esfera pública e nos movimentos sociais, mas insuficiente para a objetivação da realidade e para seu tratamento teórico e conceitual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carecemos no Brasil de reflexões sistemáticas sobre os problemas apontados acima, exceto no referente à impropriedade dos marcos jurídicos, dos índices e das estatísticas (WAUTIEZ *et al.*, 2003). A criação de um marco legal, reivindicado com insistência, facilitaria a delimitação desse campo de estudos, tal como se observa nas conceituações e estatísticas nacionais empregadas em países do Norte (BOUCHARD, 2008). Ademais, evitaria a banalização do conceito de Economia Solidária e sua instrumentalização por setores econômicos aparentados. O nó crucial, no entanto, reside na falta de um ponto de partida claro para a construção do marco regulatório desejado. Sendo a Economia Solidária não meramente econômica, a tarefa fatalmente se complica, tornando-se inviável ao desconhecer-se a racionalidade própria dos empreendimentos solidários.

Avançar em tais matérias requer, pois, uma abordagem *compreensiva* da natureza da Economia Solidária, seguida de um exame das soluções organizacionais adotadas e das repercussões de tais escolhas sobre os empreendimentos. No lugar de antepor critérios jurídico-formais aos critérios substantivos concernentes à razão de ser de tais iniciativas, deve-se partir de uma teoria fundamentada sobre a natureza *sui generis* da Economia Solidária. Tendo-se um modelo teórico confirmado em um número razoável de casos, caberia examinar a seguir o modo como os empreendimentos em tela se acomodam em formatos prescritos ou, não havendo essa possibilidade, produzem soluções mistas, como a figura jurídica da associação.

A metodologia recomendável consistiria em explorar bases de dados representativas, de modo a abarcar as variações significativas das práticas solidárias e proceder à sua quantificação e comparação. O exame das regularidades e variações estruturais tornaria possível avançar um passo mais, na direção de constructos tipológicos que traduzam as variantes antes identificadas e favoreçam a qualificação e a classificação dos empreendimentos. Elaborar critérios de diferenciação dos empreendimentos viria a contribuir para estudos ulteriores, quantitativos ou qualitativos, seja para fins de apreensão de situações específicas, de comparabilidade com outros sistemas classificatórios ou, ainda, de aprimoramento da tipologia e dos indicadores propostos. Por fim, privilegiar os aspectos teóricos e metodológicos dessa tarefa atenderia à necessidade de fundamentar as proposições resultantes, evitando que os instrumentos de percepção e avaliação da Economia Solidária permaneçam submetidos à força de sua carga apriorística ou de sua inclinação à prolepse, que lhes deixam por vezes distantes do real e sem efetividade prática.

BIBLIOGRAFIA

- ANJOS, Eliene. **Práticas e sentidos da economia solidária**. Um estudo a partir das cooperativas de trabalho. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Leopoldo, Unisinos, 2012.
- BELL LARA, José. Informalisation et nouveaux agents économiques: le cas de l'Amérique Latine. **Alternatives Sud**, v. 4, n. 2, p. 19-39, 1997 .
- BOUCHARD, Marie (Dir.). **Portrait statistique de l'économie sociale de la région de Montréal**. Montréal: Chaire de Recherche du Canada en Économie Sociale, 2008.
- CORAGGIO, José. **Política social y economía del trabajo**. Madrid: Miño y Dávila Editores, 1999.
- EDELWEIN, Karen. **Economia solidária: a produção dos sujeitos (des) necessários**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, PUCRS, 2009.
- FERNANDES, Rubem. **Privado, porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FONTENEAU, Bénédicte et al. **Economía Social y Solidaria: nuestro camino común hacia el trabajo decente**. Turin: Centro Internacional de Formación da OIT, 2011.
- GAIGER, Luiz. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade & Estado**, v. 21, n. 2, p. 513-44, maio/ago. 2006.
- GAIGER, Luiz. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do Primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, dez. 2007.
- GAIGER, Luiz. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2008.
- GAIGER, Luiz. Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, março 2009.
- GAIGER, Luiz. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Lua Nova**, n. 83, p. 79-109, 2011.
- GAIGER, Luiz. La présence politique de l'économie solidaire. Considérations à partir de la première cartographie nationale In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia (Orgs.). **Les nouvelles configurations du travail et l'Économie sociale et solidaire au Brésil**. Paris: L'Harmattan, 2012 (a).
- GAIGER, Luiz. From de Popular Economy to the Third-Sector; Origins and Buoyancy Forces of the Solidarity Economy in Latin America. **Anais do VII Congresso Internacional Rulescoop: Economía social: identidad, desafíos y estrategias**. Valencia, Universitat de València. Disponível em: <http://www.congresorulescoop2012.es/comunicaciones/?search-by=autor&search-tema=0&search-keyword=0&search-string=gaiger>. 2012(b).
- GAIGER, Luiz; LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio et al. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

GAIGER, Luiz; CORRÊA, Andressa. O microempreendedorismo em questão; elementos para um modelo alternativo. **Política & Sociedade**, v. 9, n. 17, p. 205-230, out. 2010.

IBGE. **Economia informal urbana 2003**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003>, 2005.

IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia. **Economia popular solidária; indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

LIMA, Jacob. Reestruturação industrial, desemprego e autogestão: as cooperativas do Vale dos Sinos. **Sociologias**, n. 19, p. 212-249, jan./jun. 2008.

LOPES, Edmar. Informalidade: um debate sobre seus distintos usos e significados. **Boletim Informativo e Bibliográfico**, v. 65, n. 1, p. 49-70, jan./jun. 2008.

MIRANDA, Daniela. **A democracia dialógica: uma análise das iniciativas da Economia Solidária**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Leopoldo, Unisinos, 2011.

NUNES, Christiane. Cooperativas, uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal. **Sociedade & Estado**, v. 16, n. 1/2, p. 134-158, jun./dez. 2001.

PAMPLONA, João Batista. A controvérsia conceitual acerca do setor informal e sua natureza político-ideológica. **Cadernos PUC** (São Paulo), n.11, p. 11-78, 2001.

PETITCLERC, Martin. «**Nous protégeons l'infortune**» **Les origines populaires de l'économie sociale au Québec**. Montreal: VLB Éditeur, 2007.

PINTO, João. **Economia solidária; de volta à arte da associação**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

RAZETO, Luis. **Las empresas alternativas**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1990.

SOUZA, José. **Possibilidades e limites da associação na estruturação de unidades locais de reciclagem**. O caso da Associação NORA - Novo Osasco Reciclando Atitudes - dos trabalhadores com materiais recicláveis. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

SOUZA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

WAUTIEZ, Françoise; SOARES, Cláudia; LISBOA, Armando. Indicadores de economia solidária. In: CATTANI, A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

Recebido em março de 2013

Aceito em junho de 2013